



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ
Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <https://www.cmm.pr.gov.br>

PROJETO DE LEI Nº 17728/2025

A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná,

APROVA:

Institui diretrizes para o Diagnóstico e o Combate ao Papilomavírus Humano (HPV) no Município de Maringá, por meio do teste molecular PCR HPV DNA, e dá outras providências.

Art. 1.º Ficam instituídas, no âmbito do Município de Maringá, diretrizes para o diagnóstico e o combate ao Papilomavírus Humano (HPV), com o objetivo de garantir acesso à promoção da saúde, diagnóstico precoce e tratamento oportuno das infecções por HPV.

Art. 2.º As diretrizes previstas nesta Lei serão regidas pelos seguintes princípios:

- I - universalidade e integralidade da atenção à saúde;
- II - equidade no acesso aos serviços de prevenção e diagnóstico;
- III - promoção da saúde com foco na prevenção de doenças evitáveis;
- IV - humanização do atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade;
- V - eficiência na gestão dos recursos públicos;
- VI - valorização da ciência, da tecnologia e da inovação em saúde pública.

Art. 3.º Constituem diretrizes e objetivos da política municipal de enfrentamento ao HPV:

I - promover ações integradas entre órgãos públicos, sociedade civil e instituições de pesquisa, visando à ampliação do acesso à informação sobre a prevenção do câncer do colo do útero;

II - divulgar o caráter preventivo do câncer do colo do útero e a importância do diagnóstico precoce;

III - estimular campanhas de conscientização e educação sexual com foco na prevenção do HPV;

IV - implementar estratégias de rastreamento populacional com uso prioritário do teste molecular PCR HPV DNA, conforme recomendação do Ministério da Saúde;

V - priorizar o atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica e/ou em situação de vulnerabilidade social;

VI - garantir, de forma progressiva e conforme disponibilidade orçamentária, o acesso ao teste molecular PCR HPV DNA a partir da idade e periodicidade estabelecidas em regulamento, com encaminhamento para tratamento especializado em caso de diagnóstico positivo.

Art. 4.º As ações previstas nesta Lei deverão ser integradas às metas e programas do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município.

Art. 5.º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber.

Art. 6.º Está Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereador Ulisses Bruder, 12 de setembro de 2025.

LEMUEL DO SALVANDO VIDAS
Vereador-Autor



Documento assinado eletronicamente por **Lemuel Wilson Rodrigues, Vereador**, em 17/09/2025, às 17:48, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0413272** e o código CRC **CF39D9F6**.